

As peculiaridades do comunismo latino-americano

Ana Paula Arendt*

"Não o digo como quem manda, mas, para exemplo do zelo dos outros, quisera pôr em prova a sinceridade de vossa caridade. Vós conheceis a bondade de nosso Senhor Jesus Cristo. Sendo rico, se fez pobre por vós, a fim de vos enriquecer por sua pobreza. Aqui vos dou apenas um conselho. Isso vos convém. (...) Não se trata de aliviar os outros fazendo-vos sofrer penúria, mas sim que haja igualdade entre vós. Nas atuais circunstâncias, vossa abundância supra a indigência daqueles, para que, por seu turno, a abundância deles venha a suprir a vossa indigência. Assim reinará a igualdade, como está escrito: O que colheu muito não teve sobra; e o que pouco colheu não teve falta (Ex 16,18)."

2ª. Carta de São Paulo aos Coríntios, 7-15.

"Nos corações endurecidos, o Senhor não pode entrar; nos corações ideológicos, o Senhor não pode entrar; o Senhor pode entrar apenas naqueles corações que são apenas como o Seu coração: os corações compassivos, os corações que têm compaixão, os corações abertos. Que o Senhor nos dê essa graça".

Papa Franciscus

A esquerda por vezes parece considerar que qualquer quadro político fora dela elevado ao poder será um usurpador. Resquílios do estalinismo? Ou na verdade a esquerda não tolera que outras ideologias governem porque promovem uma realidade incompatível com o princípio da igualdade que advoga? Seria o comunismo uma ideologia necessariamente mais violenta e irredutível que as demais ideologias políticas para pregar o Estado, ou a face de uma reivindicação necessária diante de um Estado inerte?

Desde meu ponto de vista literário tenho vantagens para pensar sobre o assunto: pois, afinal, não me é necessário provar nada, encontrar dados para torturar, nem convencer ninguém, além de mim mesma. O poeta tem dessas coisas, falar da sua própria experiência concreta de vida, das verdades gravadas na memória e das decepções que carrega no peito. Talvez o poeta precise sobreviver, mas nem por isso irá deixar de dizer o que indaga, sente e sonha. Pode-se ir para frente e para trás quantas vezes for necessário para debelar o tédio que enseja o feliz marasmo da mesmice política, do governo pelo vexame que desejamos evitar, o inferno das más previsões. O texto fluido e longo que muitos detestam. Mas, afinal, reformulando a pergunta que nos moveu: a violência política no mundo ocidental de hoje está necessariamente relacionada em sua origem à ideologia comunista, como dizem os conservadores? É sobre o que reflito sinceramente a respeito.

Os diferentes princípios que norteiam o comunismo nas suas manifestações ocidentais, regionais e orientais, parecem sugerir que não se poderia falar do comunismo como uma ideologia monolítica, guiada por um discurso único e centrada sobre atividades invariáveis, a despeito de observarmos a solidariedade entre distintos movimentos e de constatarmos alguns pressupostos comuns sobre a igualdade que reivindica. Protestar como injusto um mundo que não reflita precisamente todas as aspirações de um partido não parece, por exemplo, ser a tônica do comunismo chinês. Na filosofia oriental de governo para todos, a legitimidade advém dessa consideração altruísta da "minxin", a coexistência praticamente confucionista, buscando organizar e melhorar, sob uma perspectiva cultural aut centrada, países organizados sob outros ordenamentos e princípios... Soaria estranho, talvez, a um chinês, sugerir que câmeras nas ruas fossem signo de um regime autoritário, ao invés de um avanço para evitar a impunidade e garantir minimamente a ordem.

Sem embargo, a igualdade determinada pela atuação do Estado como seu patrocinador é, sem dúvida, um consenso entre os movimentos que surgiram do abraço entre a doutrina comunista e as circunstâncias políticas.

O comunismo de início parece apresentar um terreno comum com o cristianismo. Na orientação cristã, todos somos filhos e filhas de D'us, e merecemos Sua misericórdia. O apóstolo Tiago prega essa

igualdade seja alcançada não apenas no plano da fé, mas também por obras. A partilha de bens mandatória dentro das comunidades cristãs primitivas, isto é, afeitas a implementar na prática o Evangelho, cientes do destino de sacrifício inevitável que esse tipo de orientação enseja. Não deixa de ser paradoxal que o comunismo, uma ideologia declaradamente ateia, divulgue princípios caros aos cristãos e sobretudo aos católicos. Contudo o comunismo enxerga apenas uma superfície muito rasa de reivindicações, haja vista que reclama o princípio apenas da igualdade material, preferindo ignorar a realidade do espírito como uma estrutura supérflua, ou no máximo um terreno estratégico, um meio para alcançar finalidades, no pensamento de Gramsci. Talvez precisamente por esse paradoxo a ideologia comunista tenha sobrevivido, contra as tantas previsões de conservadores, durante tanto tempo, desde 1848: porque nesse pensamento redistributivista está embutida uma reivindicação que tangencia uma Verdade bíblica.

Também é paradoxal que conservadores busquem justificar suas atitudes em preservar fundamentos cristãos e que, ao mesmo tempo, vejam a questão distributiva e o pressuposto da igualdade algo do comunismo a ser combatido. Talvez também esse conservadorismo seja religioso apenas em sua superfície, ao praticar os ritos da comunhão e partilha, preferindo ignorar a essência por detrás deles e suas implicações.

Conservadores também tendem a considerar o comunismo uma ideologia de características necessariamente totalitárias e despóticas porque resistem à alternância democrática, sobretudo quando observamos o estancamento de partidos em países nos quais o comunismo tenha sido implementado com êxito. Nesse sentido haveria uma melhor possibilidade de compreensão das tensões entre o discurso conservador e comunista, se bem aqui estaríamos adentrando propriamente mais dentro do pensamento liberal, para o qual o revezamento político é importante, mais do que conservador, o qual admite, no seu espectro mais intenso, a monarquia. Não caberia a um artigo literário fazer revisão exaustiva sobre o tema do comunismo desde o ponto de vista de suas críticas na esfera política democrática, mas sempre bom tecer indagações: poucos se recordam, por esse critério de alternância, que Angela Merkel está no poder desde 2005. O arcebispo D. Joao Braz de Aviz também denunciou, recentemente, madres superiores que buscam perpetuar-se em seus cargos de direção, alterando estatutos de Conventos. Ai! Comunistas em toda parte, da Alemanha às freiras velhinhas. Deveríamos então reduzir a importância da reclamação liberal-conservadora, sobre as tendências dos partidos de esquerda em se aferrar ao poder, considerando que essa é uma tendência de todo tipo de matiz política?

Charles William Heckethorn, em seu volume II de sua obra lançada em 1875, pouco conhecida, sobre sociedades e fraternidades comunistas, afirmava que os comunistas eram, em seu tempo, uma sociedade secreta de natureza totalmente distinta das demais. Conforme ele, teriam sido os comunistas engendrados na Espanha os mesmos responsáveis pela deposição de D. Pedro II no Brasil (p. 217); os sujeitos infelizes que iniciaram seus trabalhos provocando desentendimentos entre patrões e empregados, inseridos inicialmente dentro de uma lógica de competitividade entre empresas, pagos para atuar como agitadores e prejudicar empresas competidoras, enquanto advogavam suprimir a repressão ao proletariado. É uma origem nada romântica, que os comunistas mais ferrenhos, acho, nem sabem, nem querem saber... Os discípulos de Engels e Marx faturando um extra junto a um conglomerado ou outro, em nome do legítimo intuito de pôr o pão na mesa.

Gosto de enxergar a questão daquele tempo respeitando a perspectiva de pessoas que refletiram no tempo em que viveram, pois não me parece sábio querer dizer a história desde um momento posterior, arrogando onisciência, quando sequer dominamos o nosso próprio tempo... Todo ator político bem sabe que certas circunstâncias não ficam registradas sob o rigoroso crivo histórico e acadêmico, pouco familiarizado com as vicissitudes e urgências que norteiam a ação política.

O antigo autor suíço - vejam bem, suíço, respeitem-no - conta-nos também que em 1871 a Internacional começou a recrutar membros trabalhadores que detestavam trabalhar, Raoul Rigault um dos primeiros, conforme aquele autor, um rufião *habitué* de cabarés e casinos que estabeleceu o exemplo... Mas antes disso teriam os grupos comunistas que buscavam se associar internacionalmente contado com apoio britânico e francês para liberar a Polônia, fazendo uso de seus discursos contrários à opressão dos trabalhadores. Sim, os comunistas tinham também uma excelente função dentro de uma perspectiva de razão de Estado: contratados pelos britânicos e franceses. Aliás, escreveu o autor rigorosamente em 1875: *“And as communism will not abolish war, so will it not alter one single feature of social life. If all capitalists were annihilated today, and their possessions distributed among millions of paupers, we should in a few years have capitalists and “wages-slaves” again; for very few would have either the skill or the self-command profitably to invest and apply their newly-acquired wealth”*.

Poderíamos arriscar questionar essa conclusão, observando ser falso pressupor maior habilidade dos capitalistas, haja vista que a riqueza está sempre se transferindo de mãos no mundo, a cada geração, entre os diferentes grupos e famílias que se sucedem propugnando o capitalismo. Poderíamos, é claro, desde o nosso ponto de vista privilegiado no futuro, observar a limitação de sua previsão de que aquela ideologia de esquerda estava fadada ao fracasso, pois o comunismo mudou boa parte do mundo. O que viria a se tornar a China e Rússia talvez não estivesse no radar dos pensadores do final do século XIX, realidades distantes em um mundo pré-digital. Mas não chegaríamos a essas conclusões sem nos colocar sob o risco de ser chamados de “jesuítas de negro e vermelho” pelo autor em seu tempo, ou sem que ele se revirasse em seu túmulo, de qualquer jeito.

Afinal, previsões que falharam à parte: o comunismo é, conforme dizem os seus críticos mais ferozes, necessariamente uma doença, uma tendência irresistível à tirania do Estado? Em tese, os liberais diriam que sim, e os conservadores até hoje defenderiam isso com bandeiras e vídeos de criancinhas vociferando contra presidentes vermelhos, certos de que, contra quem não joga limpo, deve-se atirar lama.

Explico que o assunto me surgiu a ler uma notícia antiga repugnante no Globo, a reconstituição do crime aconteceu na Usina de Açúcar Cambaíba, em Campos, na qual um ex-delegado da Polícia Civil do Espírito Santo e ex-agente do Serviço Nacional de Informações (SNI), Cláudio Guerra, explicou detalhadamente como os corpos de suspeitos de comunismo no Brasil eram levados para as fornalhas da usina, tendo testemunhado e participado da morte de 20 opositores políticos incinerados. Por outro lado, também me recordo da palestra de um professor da UERJ, Mauro Iasi, ex-candidato à presidência brasileira, quando ele afirmou, com suas palavras, em 2014/2015 que *“É assim que nós enfrentaremos os conservadores, é assim que vamos enfrentar os conservadores: radicalizando as lutas de classes. Mas qual vai ser nosso diálogo com esse setor, o setor conservador. Veja, o setor conservador é perigoso porque lança suas garras na consciência da classe trabalhadora. É nela que nós temos que nos defender contra essa ofensiva conservadora e não no diálogo com eles. E eu espero contribuir com isso, com o que Gramsci chamava de intransigência, com um pequeno “poeminha” final do Brecht, do Bertold Brecht: (...) Mas tendo em conta os teus méritos/ e boas qualidades vamos encostar-te a um bom paredão/ e matar-te com uma boa bala de uma boa espingarda/ e enterrar-te com uma boa pá na boa terra.”*

Seria ignorância, contudo, da parte de um pensador, alegar que essa palestra teve grande repercussão e que teria produzido efeitos de mudança de governo que hoje observamos, somados a outras provocações da esquerda, a qual não se confunde necessariamente com o comunismo. A virulência dos movimentos e grupos debaixo da ideologia comunista de que “toda propriedade é um roubo” não é recente, e pilhas de corpos não foram acumuladas apenas no Teatro de Délassement-Comiques, ou no Hotel de Ville, há tantos anos, quando o comunismo brotou na França. Ocorre que também famílias que se recusaram a apoiar comunistas tiveram suas casas queimadas durante a Comuna de Paris, supostamente por ordem de Rigault. Como na parte da previsão que acertou o suíço, assim se estabeleceu o precedente do exemplo.

Afinal, o leitor também há de admitir, assim como eu, que a violência ao redor da doutrina comunista e seus efeitos na Europa foram não apenas uma bravata eleitoral desde que surgiram, mas um fenômeno político concreto registrado nas cerca de 900 páginas do Livro Negro do Comunismo, de Nicolas Werth, Andrzej Packzowski e outros autores. Ali tentaram contabilizar as mortes associadas ao regime soviético, se bem talvez não correspondesse o esforço com toda a matriz do comunismo, pelas restrições e sensibilidades políticas evidentes. Defenderam os autores que os regimes comunistas são responsáveis por um número maior de mortes do que qualquer outra ideologia ou movimento político, incluindo o fascismo. Em suas estatísticas, execuções, fomes intencionalmente provocadas, mortes resultantes de deportações, prisões e trabalhos forçados.

Vejamos se isso procede. Nas contabilidades de violência entre grupos de mesma matriz comunista, além da morte de Trótski, recordem-se que os seus quatro filhos, os genros, noras, netos, e outros parentes próximos foram igualmente vítimas da repressão por sua ligação com um “inimigo do povo” e com ele desapareceram nos sucessivos expurgos da década de 1930, com exceção do neto. Contabilizem-se o Grande Expurgo, que acabou com a vida de 690 000 pessoas, o genocídio de 10 milhões de ucranianos - conhecido como “Holodomor” - e de 2 milhões de outros durante a fome de 1932 e 1933, a deportação dos chamados “gulags” entre 1930 e 1932, considerando ainda os estupros de mais de dois milhões de alemãs nos últimos seis meses da Segunda Guerra Mundial, das quais mais de 240.000 mulheres morreram neste período, tendo apenas após 1945, iniciadas punições de enforcamento ou

prisão... E recorde-se, ainda, a prisão e assassinato da família imperial russa dos Romanov (Czar Nicolau II, sua esposa Czarina Alexandra e seus cinco filhos) e todos aqueles que escolheram acompanhá-los no exílio, baleados em Ecaterimburgo em 17 de julho de 1918 e mortos por tropas bolcheviques sob as ordens do Soviete Regional Ural. A Okhrana, a polícia secreta do regime do czar Alexandre III da Rússia, criada em 1881 e com sede em São Petersburgo, a qual perseguiu o partido político Narodnik e o Partido Social-Democrata Russo, os quais faziam frente à autocracia do czar, tinha nos seus quadros diversos agentes provocadores, mas aparentemente o seu estabelecimento apenas acelerou o cenário de deposição, oferecendo pretextos para os comunistas.

Contudo de um modo geral toda a Europa passou por movimento similar ao russo, de ondas de violência e de grandes massacres, nos quais esses embates ideológicos e de regimes justificavam perseguições e extermínios. Convenientemente se ignoram nessa contabilidade as estatísticas que advogam ser menores, como as fomes coletivas na Índia, sob regime colonial britânico, por exemplo. E se fôssemos olhar não apenas para um lado, mas para as mortes que acumulam todos os demais regimes, ou para os regimes de direita, como o antigo regime egípcio, do império persa ou do nazi-fascista, também foram exaltados em suas decisões num contexto de guerra e ameaça de sobrevivência, não apenas umas dezenas de mortos incinerados, mas similares milhões de cadáveres a céu aberto.

Recentemente a abertura dos arquivos russos, nos quais se encontrou registro do respaldo de outros países aos movimentos da Alemanha hitlerista, foi possível observar pactos de não-agressão entre a Alemanha e outros países além do Ribbentrop-Molotov. Levam com isso também a indagar se o sistema capitalista competitivo não mereceria uma contabilidade mais apurada. Recordam os russos, hoje conservadores, do Pacto Pilsudski-Hitler, assinado em 1934, do acordo marítimo Anglo-Germânico de 1935, em que a Grã-Bretanha fornecia a oportunidade para que Hitler tivesse uma marinha, da declaração entre Chamberlain e Hitler em 1938, da Declaração Franco-Germânica de 1938 em Paris entre Bonnet e Ribbentrop, de acordo entre a Lituânia e o Reich em 1939... Os dados foram abordados recentemente numa cúpula informal da CEI pelo Presidente da Federação Russa, em dezembro de 2019, como evidência de que o nazi-facismo não teria nascido nem proliferado suas intenções hostis desde um pacto entre a Alemanha e a URSS, entre nacionais-socialistas e soviéticos, mas de uma negligência coletiva e vista grossa sobre as intenções declaradas da besta humana, porque as lideranças daquele tempo interpretavam os discursos de Hitler como um apelo político eleitoral e doméstico.

Suponho difícil para nós, nascidos e crescidos no continente americano, e sob o privilégio de uma visão histórica expandida, na qual a Guerra Fria é memória hoje um pouco distante, imaginar o estrago de mortes e o que pairava sobre os decisores como uma ameaça prenunciada de terceira guerra mundial. Digo isso tendo em vista não apenas que naquele tempo reinava a versão de que a URSS teria sido parceira da Alemanha nazista, a despeito de ter se redimido na vitória com os Aliados, mas as diferenças ideológicas de nível de intervenção do Estado que prosseguiram e mantiveram divergentes os hemisférios e zonas de influência. Independentemente disso tudo, note-se que a URSS, quando comunista, seguiu celebrando a vitória sobre Hitler como a Guerra Patriótica em que libertaram a Polônia e, ainda hoje, a Federação Russa orgulha-se de ter-se tornado depositária de uma verdade histórica, a libertação de Auchwitz: o cenário cuja constatação chocou mesmo o brutal Exército Vermelho. Não há de se considerar, portanto, que os extremismos políticos e uma competição nacional desvairada tinham muito maior peso que o comunismo como doutrina perigosa, em termos da resposta que se oferecia ao conflito, pela qual a ação política se convertia em violência e mortes?

Contudo talvez fosse esse precisamente o contexto, do comunismo arrogando-se como antítese para uma concorrência nacional desvairada, dotado de uma organização centralizada, estranha ao Ocidente, cujos efeitos eram desconhecidos pelo fechamento político, em que se concebia a organização comunista expansiva como uma ameaça disforme, mas de estratégia militar conhecida. Efetivamente temiam os governos latino-americanos nacionalistas, nos tempos da ditadura, a antípoda comunista, porque não conseguiam enxergar como um problema o nacionalismo regional: não produziu guerras. Nem cogitavam esses governos suas semelhanças com o centralismo soviético, nas decisões e programas governamentais centralizados, desenvolvimentistas, que propugnavam. Preferiram seguir ignorando o papel da URSS na vitória contra o pensamento totalitário de direita e denunciando o totalitarismo de esquerda, para ganhar notadamente precedência política nos espaços de debate ao lado dos EUA, insistindo nos efeitos que vinham sendo divulgados como resultados de um erro decisório, de aliança entre comunistas e nazistas, entre regimes totalitários, por suas similaridades. No contexto da Guerra Fria, essa acusação era uma forma de defesa militar de governos também fundamentados em ideologias, como a

macartista; e a história prova que nada disso poderia ter sido descartado como paranóia, pois a URSS foi co-partícipe do armamentismo concorrencial e desses antagonismos.

Mas muito antes disso, quando as ideologias modernas de esquerda alçaram o poder, como ocorreu com a França no século XVIII, buscaram os partidos comunistas efetivamente exterminar toda a oposição de uma classe política conservadora em seus países. Essa a razão mais temível dessa ideologia, para os governos estabelecidos. Não encontraram efetivamente os movimentos comunistas uma coexistência harmoniosa com variados grupos que lhes questionavam a legitimidade e existência; talvez daí a presunção militar da necessidade de prevenir a característica catártica de movimentos políticos de ideologias absolutas, que ascendessem muito súbitos, por meio de revoluções socialistas, pois diante de um rompimento institucional, não seria possível estabelecer a tempo controles que permitissem regular os abusos e consequências destrutivas, advindas necessariamente de um poder galgado em uma vitória irrestrita. A ideologia comunista em suas variadas teses não admite a pluralidade de ideias, nem a convivência com o discurso que rotula de burguês, embora tenhamos visto governos comunistas de todo tipo.

Eu me recordo, por exemplo, do PRI mexicano, um partido membro da Internacional Comunista, que advogou durante tanto tempo reformas liberais de mercado, mas não perdia a oportunidade de ser eleito. E podemos sim, lembrar também das cúpulas comunistas que não só permitiram atos de governo opostos ao ideário comunista, de produzir a igualdade por meio do Estado, mas elogiaram a acumulação de riquezas, por parte de seus dirigentes de partidos, em seus estatutos.

E antes que me acusem de saltar o assunto da violência e de milhões de mortes durante fomes e guerras ocasionadas pelo capitalismo, e a chacina dos povos indígenas e de impérios nativos nas Américas: sugiro ponderar se isso faz alguma diferença para responder à minha pergunta, tendo em vista que, no capitalismo, não há uma autoridade central estabelecida declaradamente comandando e planejando extermínios e mortes de dissidentes e oponentes ao ideário capitalista: não há um “partido capitalista brasileiro”, ou de qualquer outro país, ou Internacional Capitalista defendendo esse modo de produção como a uma crença. O Grupo de Davos está interessado em ganhar dinheiro, e não em encontrar dissidentes... E isso faria alguma diferença, que mortes fossem resultado do caos permitido, ou decorrentes de um comando centralizado? Essa pergunta não faria diferença alguma sobre o raciocínio de mentes igualitaristas, movidas no automático de um axioma, porque quando perguntam já têm a resposta e pouco importa o que alguém diga. Mas, para uma mente aberta, é importante se indagar e perguntar se, além das mortes que decorrem do caos, sob qualquer regime e sistema político, é possível ajuizar uma causa contrária, de que além dessas mortes advindas de qualquer tipo de organização política, uma ideologia adicionalmente propugna mortes ocasionadas por um comando central planejado, sustentadas sobre um ideário de justificativas quais sejam...

Sobre a chacina de povos indígenas, seria lamentável de minha parte tentar explicar que o alegado massacre de impérios nativos é desimportante por ter ocorrido há mais de dois séculos, mesmo não tendo sido os impérios asteca e inca atores neutros durante esses embates de defesa do território entre monarcas. Ou justificar massacres no passado como algo menos relevante, por diferenças de contexto. As monarquias eram mais leves ao tentar incorporar opositores, e ao prendê-los em alguma masmorra, ao invés de assassiná-los já de início aos grupos, mas é preciso reconhecer que dividiam o mundo entre as suas próprias civilizações e os selvagens, para os quais não atribuíam nenhum valor ou titularidade. Não adentraria no espetáculo pavoroso da desonestidade intelectual de ignorar isso para facilitar conclusões redondas. Se pensamos sobre regimes e sobre o grau de letalidade decorrente de seus pressupostos, é preciso pensar, também, se as sociedades tradicionais, nas quais se mata em nome de um rei, ou da lealdade monárquica, não acabam funcionando como um equivalente da disciplina comunista, sobre outros pressupostos, neste caso de trucidar selvagens.

O que se poderia alegar, contudo, seriam os efeitos reais e observáveis da miscigenação que encontramos hoje, para questionar a dimensão de massacres que historiadores ostentam desde uma perspectiva fixa, sobretudo aqueles identificados com a esquerda. Nem poderiam ser as comunidades indígenas exemplos utópicos de uma convivência pacífica: pois várias tribos canibalizaram; e esses impérios nativos escravizaram pessoas e mataram crianças de suas próprias civilizações, indistintamente, havendo registros lamentavelmente disso. Essas sociedades, diferentemente das ocidentalizadas, contudo, não se incomodaram a ponto de contabilizar e estimar esse tipo de prejuízo coletivo, poucos sendo os que sequer tinham registro de identidade.

Felizmente, no que se refere a massacres por etnia ou crença, tendo se passado alguns séculos após os descobrimentos, observamos que a situação de paz no continente latino-americano alcançou, no século XX e recente, uma razoável estabilidade, quando em comparação com os massacres no continente europeu ou em algumas regiões da África. Hoje convidaria o leitor a passear de metrô na Cidade do México ou dar uma volta no Paraguai, na América central, e não apenas visitá-los por meio das novelas de TV ou jornais, para constatar que essas populações podem ter sofrido e sido vítimas de guerras e massacres há dois séculos, mas jamais o suficiente para eliminar a presença indígena, a qual permanece imanente nos traços físicos e na composição populacional, inclusive de dirigentes. Eu mesma descendente em parte de linhagem indígena brasileira de uma tribo ao redor de Ortigueiras-PR, não fui exterminada pelo Ocidente ainda.

Mas apesar de terem existido regimes e ideologias que talvez contabilizem uma escala de mortes tão grande ou maior que o comunismo, é preciso recordar que essa é uma ideologia que encontramos em regimes bastante mais recentes na história geral.

Alguns aspectos inerentes à obra de Karl Marx também me parecem ensejar uma pronta desconfiança do leitor humanista quanto à possibilidade de que o comunismo escape de ser uma doutrina necessariamente mais violenta que as demais, também no que se refere a este ponto étnico específico. Aquele pensador classificou a escravidão como uma “categoria econômica”, ignorando sua natureza e efeitos, o genocídio associado a essa forma produtiva, esvaziando a pessoa negra de valor moral ou suas titulações de personalidade jurídica. Segundo o banco de dados slavevoyages.org, cerca de 1,8 milhão de africanos morreram na travessia do Atlântico: em média, nove corpos lançados ao mar todos os dias ao longo de 350 anos. Isso teria alterado até mesmo as rotas migratórias do tubarões. Há relatos da época sobre cardumes que seguiam os navios da costa da África até a Jamaica, no Caribe, no século XIX. Isso, sabemos, foi ignorado pela matriz de pensamento comunista e socialista, pois a exploração estaria na mais valia e o movimento se dedicava exclusivamente ao proletariado, aos assalariados. A carnificina da população negra para o marxismo não era relevante, apenas um dado do sistema.

Poderia-se argumentar que posteriormente, na atualidade, partidos de esquerda incluíram as questões de raça, assim como de gênero e de minorias políticas, em suas plataformas políticas; mas, considerando que os principais cargos decisórios nos partidos e Governos de composição comunista ainda não são negros, é ainda a exceção o fundamento do autoelogio dos partidos de matriz ideológica de esquerda. Observemos que o massacre da escravidão das populações negras também seguiu sendo ignorado como detalhe de menor importância, frente à revolução absoluta no reino da felicidade neomarxista, de fim da luta de classes. A concessão pontual nas políticas afirmativas para esses temas no Brasil ficou circunscrita à criação de nichos temáticos, como as secretarias especiais, a despeito da composição de 50% da população brasileira de negros e pardos... Um puxadinho ideológico. Nesse sentido, o imperialismo ianque parece demonstrar uma clareza muito maior sobre a irredutibilidade da igualdade de direitos, ostentando cidadãos negros em muitos mais cargos. Não se poderá dizer que o Partido Democrata americano seja de matiz comunista nem marxista, embora encontre anseios comuns regulatórios com outros partidos de esquerda. E um partido de esquerda no poder, ao menos no Brasil, não causou uma total reviravolta na representatividade desses grupos minoritários nos cargos decisórios de maior hierarquia, salvo talvez pela representatividade de mulheres especificamente no Poder Executivo, sendo o percentual de legisladoras e de juristas mulheres ainda muito baixo. Talvez a maior parte dos intelectuais de esquerda achassem esta discussão algo adjacente, pela existência suficiente de um discurso afirmativo, e eis aí o tamanho do problema.

Além disso, da distância entre o elemento moral de estender a reivindicação de igualdade e a prática política intrapartidária, o comunismo não guarda, em seu conjunto de crenças, as quais convenientemente se revestem de assertivas, uma cultura moral além do companheirismo irrestrito de um núcleo partidário. A sustentabilidade desse sistema de pensamento no qual inexistem os valores morais externos à validação automática ideológica, que existam independentemente da atividade de qualquer indivíduo que defenda a ideologia do partido, nas matizes comunistas e marxistas, é questionável. Como um indivíduo se norteia quando essa fidelidade ideológica falha? Os seres humanos são falhos. Daí nasceu a necessidade da cultura moral, para lidar com toda a complexidade e ofertar respostas aos quais o indivíduo possa se sentir compelido e aliviado. Mas nas ideologias de matriz comunista, não há uma resposta. As derrotas eleitorais, portanto, tornam-se uma certeza evidente, contida dentro das próprias expectativas dos indivíduos alistados sob a ideologia comunista, a qual foi se adaptando a um discurso

vitimista, para justificar-se quando não-vitorioso, como perseguido. Uma análise da ideologia comunista por um pensador profissional renderia certamente belos frutos sociológicos.

Mas as consequências destrutivas de ignorar os aspectos morais da escravidão, de outros aspectos morais em geral, e da falta de coesão entre seus pressupostos e práticas de governo, quando eleitos, seriam problemas e gargalos apenas de doutrinas de matriz comunista? Seria injusto acusar Marx de categorizar a escravidão como fator econômico, ou como um machista que deixava a louça à mulher, e ignorar as estruturas políticas conservadoras que tornaram a escravidão e a domesticação feminina, em primeiro lugar, uma realidade nefasta durante séculos. E, afinal, as guerras eram assunto de Estado corriqueiro bem antes da invenção do comunismo. Os extermínios, embates e massacres sangrentos existem desde que se registra a História. Recordamos que esses massacres também existiram sob outras ideologias na Europa, como as de extrema direita, e sob a ideologia de impérios; e o fato de se contabilizarem numericamente mais mortes em um regime stalinista do que em um regime nazifascista não nos diria muita coisa, se ambos se demonstraram de uma intolerável escala mortífera. Ou a violência existiria de todo modo, e seguirá existindo como uma manifestação necessária das falhas humanas do governante? Talvez exista uma natureza propensa a se comprazer no domínio, no exercício de uma autoridade advinda da tensão de ameaças de morte.

Mas tendo a pensar que colocar uma ideia antes do ser humano e defender um regime político antes da pessoa não é apenas uma característica decorrente da aspiração comunista de cooptar um governo; mas um requisito para ser comunista, ou socialista. Pois esses movimentos exigem que o indivíduo tenha um certo grau de desdém quanto à sua individualidade e ordenamento familiar, a suas propriedades e seus bens culturais, resumindo a vida normal e o cotidiano sob o rótulo de uma “vida burguesa” detestável, a religião a um tipo de ópio, em nome de uma euforia que enseja sacrifícios gloriosos - sobretudo da vida dos outros - em uma revolução necessária. O comunismo chama à confrontação para estabelecer de um modo claro, distintamente das demais ideologias, o massacre do indivíduo em nome de um bem coletivo, como se o bem público não pudesse ser alcançado salvo pela subtração de liberdades individuais. Isso consta no ideário comunista e socialista como mandatório. Todo partido de matriz marxista proclama acabar com a luta de classes e instalar a ditadura do proletariado, como pressuposto básico que justifica sua ação, existência e resistência.

E talvez esse requisito político, na conformação dos partidos de esquerda, abra portas para admitir a violência em um grau adicional ao esperado, nesses movimentos de Governo? É uma pergunta para a qual não encontro resposta, pois, por outro lado podemos questionar: esse fenômeno não existiria do mesmo modo, ainda que inexpressado abertamente, em outros grupamentos políticos, ou até mesmo dentro das peculiaridades de cada instituição classista, como o Judiciário e as Forças Armadas, sob outro viés coletivista, o de preservação da ordem, do progresso? Sob o discurso de preservação de direitos fundamentais do cidadão, a tendência autoritária de governos progressos também poderia ter evoluído para um massacre de milhões ou de milhares de vidas. O que vinha sendo feito nos incineramentos registrados, ou no rumo de assassinatos violentos de queima de arquivo, observados com profundo nível de crueldade em países latino-americanos vizinhos, poderiam ter se agravado, e se dirigido a outros grupos, aliás, supondo a hipótese de que tivesse sido extirpada a articulação e oposição de movimentos comunistas, e de que grupos governistas necessitassem de novos inimigos para se justificar no poder. Ou grupos de ideologia conservadora tendem a melhor se refrear sob a rédea moral e religiosa, ausente no ateísmo comunista, e com isso permitem maior tolerância a convivência com ideias diversas e opostas? Se bem a subtração de crianças de famílias de revolucionários comunistas, como ocorreu na Argentina, privando-as da memória de seus pais, pareça algo tão desumano quanto o movimento comunista mais discricionário, a sociedade efetivamente conseguiu impor limites à atuação desses grupos, embora com todas as dificuldades. Mereceriam os conservadores uma menor restrição e oposição mais condescendente, ou menor vigilância, que os partidos comunistas, que advogam abertamente a violência como um instrumento indispensável para a revolução que pregam? Estou quase chegando à descoberta que gostaria de partilhar com o leitor.

Recentemente introduziram uma nova fórmula de oposição no debate político brasileiro. Uma esquerda que se opunha à direita, no que era um espectro político linear composto por posicionamentos de itens de uma agenda redistributiva, passou curiosamente a assimilar uma nova tensão entre “progressistas” e “conservadores”, num diapasão maniqueísta proposto pela extrema direita, para retirar a questão distributiva do cerne do debate. A esquerda comprou os rótulos, sem resistir. Progressistas. Eis aí um rótulo do qual duvido muito será aliviado o aspecto radical marxista de regulamentação total,

característico do comunismo, mas que devidamente captou uma espécie de abcesso que foi crescendo nos quadros e grupamentos políticos nos EUA e que encontrou similar no Brasil atualmente, sob a forma do politicamente correto.

A imagem deste texto que vos submeto, aliás, é o slogan da liga “Anti-Saloon” do início dos anos 1900, uma organização que liderava o lobby pela proibição do álcool nos EUA, justamente época que precedeu duas grandes guerras mundiais. Pode-se notar o ridículo a que chegavam grupos para obter atenção política e respaldo na sociedade, carregando bandeiras farisaicas de zero álcool, ou nenhum lábio. Alguém acaso teria coragem ou desejo de beijar aquelas carrancas? E quem hoje daria atenção a um movimento que defendesse uma proibição absoluta do álcool, do consumo do que quer que fosse, como algo factível? Até poderiam encontrar algum fundamento naquela realidade feminina, as suas pretensões absurdas de eliminar por completo o consumo de qualquer tipo de bebida alcóolica, num tempo em que a violência doméstica estava associada às bebedeiras. Mas curiosamente a moderação não foi objeto de ponderações da parte daqueles radicais, nem admitiam a possibilidade de se contentar com algum controle de dosagem, os grupos progressistas daquela época. Preferiram fixar um extremo impossível de ser atingido e monopolizar a defesa dessa posição, envidando esforços numa espécie de vitória total, de algo que visivelmente era um espírito antecessor do juízo absoluto do politicamente correto, que hoje encontramos no lado esquerdo do espectro político.

Sentimento similar, dessa mesma época, foi omitido nos autos de acusação de “Dezenove Cidadãos Acusados de Complô Com Vistas a Substituir o Governo Real pela República”, os quais teriam conformado a Sociedade da Ordem e do Progresso no Quartier Latin em Paris, local que abriga a Universidade de Sorbonne, da qual Sambuc era presidente, em 1831, defendendo uma “Revolução Permanente”. Os autos desse processo, por oportuno, sugerem algumas propostas curiosas em um diálogo entre o lado revolucionário e a autoridade constituída, porque foi publicado em livro poucos meses após o julgamento, o que sugere que a imprensa, e portanto a sociedade da época, vinham acompanhando o assunto em tempo real e com muito interesse. Posteriormente a França abrigou todos esses pleitos de “progresso”, à sua maneira.

Eram os deuses astronautas, eram os progressistas comunistas? O comunismo russo surgiu paralelamente àquelas décadas marcadas pela Liga Progressista que havia sido fundada em Ohio, em 1893, cujo auge se deu com a aprovação da 18a. emenda em 1922, que se encerrou com a derrubada da proibição do consumo de bebidas alcólicas em 1933, meio à atuação de todos esses grupos irredutíveis. Além, é claro, dos efeitos intencionais que eram propagados pela Internacional Comunista. Eis que existia e ainda existe um vínculo muito forte não apenas entre os contextos nos quais proliferaram essas ideologias progressistas e de matriz marxista, mas também por suas próprias características intrínsecas. De um certo ponto de vista, os militares que instalaram a República sob a ideologia positivista de Ordem e Progresso, progressista, traziam também uma herança revolucionária, assim como as ideologias comunistas e socialistas, concebidas e nascidas na mesma época, no mesmo contexto, voltadas para o mesmo propósito: revolucionar.

Poderiam os historiadores me corrigir: pois nada disso. Afinal os republicanos brasileiros teriam sido conservadores apoiados pelos latifundiários insatisfeitos com a abolição da escravatura. Permito-me discordar: não foi assim do ponto de vista ideológico, na esfera onde as coisas urgem. Do ponto de vista ideológico, os militares que herdaram os princípios de “revolução permanente” do Quartier Latin, da Sorbonne, que desejavam estabelecer a abertura de universidades gratuitas e estudantes sem recursos, eram tão revolucionários quanto os pertencentes àquelas ideologias fundamentadas no comunismo; pois pregavam a redistribuição de favores e concessões de um modo muito similar, em favor das classes a seu ver menos favorecidas, por meio da ação do Estado, feita distinção entre o que denominavam “cidadãos” e o que o movimento comunista denominava “proletários”. E também na questão da escravidão se assemelhavam em sintonia: pois isso era tanto para escravistas quanto para marxistas algo adjacente. Naquele tempo, a população negra não tinha representação política alguma, e o pleito, apesar de abolicionista, não estava incluído na equação que justificasse a redistribuição de cargos, concessões e favores de modo algum; prova disso é que a abolição não ocorreu de modo coletivo, mas por decreto de um consenso majoritário sub-representado, e pela Monarquia.

Não seria desimportante recordar que o comunismo presente na Revolução Russa de 1917, bem como seu “upgrade” a socialismo, como uma ideologia de Estado soviético, é um fenômeno bastante recente e que não chegou a se concretizar do mesmo modo na França, onde os revolucionários idealistas

eram banidos ou para a Inglaterra, ou para Caiena: tudo isso na história humana é recente, uma experiência fora do laboratório, aliás, para a qual ainda não se mediram efetivamente todos seus efeitos reivindicados.

Mas retornemos a nossa pergunta, se poderíamos então assumir que ideologias de esquerda, revolucionárias e republicanas, todas que buscavam uma reformulação do Estado por maior igualdade jurídica e deposição de privilégios, invocariam para isso o poder do massacre. Afinal, perguntamo-nos se a ideologia de matriz marxista é intrinsecamente mais violenta; mas afinal observamos que todos os grupos que buscavam reformular o Estado e estabelecer Constituições e novos princípios jurídicos, por meio de revolução, eram bem dispostos a fazer guerra. Não estamos com isso querendo responder se essa ideologia de matriz comunista, uma vez absorvida pelo Estado, deveria usar de mais violência para apresentar resultados consideravelmente melhores que os grupos políticos conservadores; eis que assim teriam alguma justificativa para governar, e é o que defendem e argumentam esses movimentos. A situação das populações que ficassem a mercê da boa vontade dos governantes comunistas em dividir os bens e redistribuir os meios de produção, sob uma admoestação ideológica, ou amparados em moral religiosa do trecho de Coríntios que precede este artigo, produziu maior bem-estar numa sociedade industrial? Ah, mas apenas a distribuição material de bens seria uma simplificação da realidade e redução a uma dimensão que não comporta todas as necessidades humanas. O revolucionarismo é que saciava a alma dos descontentes. E na impossibilidade de ofertar meios de produção a todos, rapidamente o discurso comunista, fundamentado na materialidade, se volta para outros aspectos de cidadania e dignidade que julgava super-estrutura, antes de assumir o poder. Todos bem acomodados, então, sob o discurso de São Paulo, aos Coríntios, entoando cânticos...

Pois considere-se ainda que, durante milênios, até 1776, estivemos acostumados a uma liderança territorial, não transmitida por meio de um discurso, regime ou ideologia. Por milênios foram as pessoas governadas por homens que receberam diferentes denominações para a mesma função primata: caciques, senhores feudais, prefeitos, deputados, coronéis, magnatas, senhores de engenho, grãos-mestres. A relação com eles não era apenas representativa ou de voto. Eram responsáveis, padrinhos, a quem as pessoas recorriam em caso de tragédia, numa condição na qual não existiam companhias de seguro junto às quais se poderia protestar inutilmente, em conformidade com a extensão de um território. Não era uma forma, mas uma norma de organização política primitiva que acumula uma história de milhares de anos, e até certo ponto se faz hoje presente, mesmo em órgãos de Estado, onde os discursos sobre modernização da burocracia e de impessoalidade tentam se impor.

Pois também a identificação com o discurso de modernização tem fundamento identitário e territorial: busca-se respaldo e resposta com aquela escola de gerenciamento, e não esta... Uma análise rápida sobre o Estado brasileiro permitiria constatar que os cargos de confiança e de maior proximidade ao poder decisório são ocupados ainda por meio de indicações. Todos esses “party bosses” e lideranças atuavam e talvez ainda atuem em ligas e convivendo em seus embates, competindo em honra e confiabilidade, doando e recebendo apoio político para as hierarquias e moderadores de seus compromissos e litígios. Como o faziam nas tribos primitivas, que criavam códigos e linguagem para excluir e se afirmar, ao invés de assimilar e incluir.

A pirâmide política e seus variados ritos, eleitorais, consensuais, ou de demonstrações de força, visava um irreal “monopólio do uso legítimo da força” desde Hobbes. Sabemos isso um ideal, tão impossível quanto a “proibição” na Era Progressista americana ou quanto a “Revolução Permanente” que desejavam os vários grupos e sociedades francesas. A realidade que almejam alguns movimentos conservadores, afinal, também é impossível de se atingir, sem a assimilação e inclusão de gente. O que fazer com quem discorda? Os nazistas tinham a solução do extermínio e foram exterminados... O objetivo conservador então, seria o de permanecer como se é, e basta? Eis a crise de identidade e de propósito que surge da reflexão conservadora, ao ser sem a necessidade de se afirmar em função do comunismo.

Mas ainda que tivéssemos a resposta, já não podemos responder essa pergunta com hipóteses numa experiência passada, pois o mundo moderno seccionou o poder desses exarcas, tolerando lideranças simultâneas por temas, anulando o sentimento tácito entre governante e governado, a lealdade instintiva vinculada à terra e à identidade. A ideia de que o poder é divisível e de que a sociedade pode fixar-se novas regras de organização foi irreversível, tendo em vista sobretudo os avanços tecnológicos. E isso tornou o mundo um lugar mais complexo nos últimos dois séculos, porque essa necessidade de lealdade que estabiliza a conexão com uma autoridade se transpôs a outra esfera, a de persuasão de massa. O líder e o eleitor tentam estabelecer uma conexão estável e similar à instintiva dos antigos tempos, mas a mediação se impõe, e o relacionamento se esvai em material vazio marqueteiro ou declaratório, hoje

dispersado nas guerras de memes e de imprensa, o combate contra a erosão da credibilidade, o que não resolve numa interface humana os problemas do governado. Em tese, a frustração no estabelecimento dessa conexão entre o governante, uma vez eleito, e o governado, pobre amigo, seria boa e também necessária: pois leva à desejável alternância do modelo inglês, testado há mais tempo....

Mas ser bom do ponto de vista institucional representativo não significa dizer que a população terá provado um melhor bem-estar ou segurança de vida. Fato é que a violência e insatisfação urbana persiste, e não se pode recorrer a uma referência com a qual se tenha desenvolvido um relacionamento tácito de confiança para se salvar da selva. Talvez mais do que a tecnologia, isso venha produzindo um sentimento muito forte de “exclusão política” que inexistia nas formas de governo que respeitavam os elementos primitivos, fundados no afeto e na solidariedade de pertencer ao mesmo local, longe dos discursos estratosféricos que não ofereceram garantias contra a predação, nem serviços do Estado a iguais; mas um maior fardo de impostos e serviços de uma qualidade desigual.

Bom lembrar que, durante a Era Progressiva nos EUA, na qual a Liga da proibição extraía apoio de congregações protestantes, ela se concentrava em como os legisladores votavam, e não se bebiam. De modo similar, os movimentos comunistas brasileiros também defenderam uma agenda com a qual não necessariamente se comprometiam: agitavam a bandeira do feminismo, mas poucas mulheres efetivamente estavam em posição de comando sem dormir com o líder; defenderam a democracia, mas apenas se seus candidatos fossem eleitos. Reclamavam uma redistribuição dos recursos produtivos, mas se limitaram a reproduzir programas compensatórios inventados pelos conservadores moderados aos quais se opunham. E não seria essa também a mesma arbitrariedade na escolha de bandeiras, a inconsistência de fundo ao afirmar que um líder não é mais um homem, mas uma ideia?

A anulação das necessidades humanas mais fundamentais, como a honra e a liberdade, surge como uma explicação gloriosa para um fracasso institucional no discurso de direita, e encontra de fato respaldo na forma como os partidos de esquerda preferem escolher seus dirigentes: com base na disciplina de adesão e de reprodução de um discurso comunista (ou social, como prefiram); na solidariedade invariável aos companheiros; no uso permanente da imagem da liderança, ao invés de tentar compreender e delimitar as razões que levaram à supressão de direitos fundamentais de seus quadros. Pois é isso que é previsto dentro do arcabouço dos códigos de conduta que elevam lideranças comunistas e socialistas dentro dos partidos: uma demonstração de força política, de preferência favorecida pelo uso da violência.

Na Rússia, também a lógica estatal reverteu o efeito dessas características da ideologia, quando Trótski foi notadamente perseguido e morto por Stálin. A ausência de elementos naturais de hierarquia, identidade local e honra permitiram que a ideologia, transposta ao Governo, tivesse menos freios. Poderíamos considerar que esse confuso e difuso papel que a ideologia desempenha, na prática, na organização de revoluções e de partidos de esquerda, não é suficiente para eliminar essa e outras evidências mais macabras de que as ideologias modernas, comunistas e progressistas, não conseguem conceber a convivência com uma oposição política, nem mesmo dentro dos próprios partidos. Já na França do passado e em outros países de matriz comunista (ou social, como prefiram), tampouco a mera adesão ao discurso era suficiente. A deposição do poder constituído, já que por argumentos somente não se logrou fazer revolução, passou a incluir o domínio das mortes, das armas, da guerrilha e de suas técnicas de terror para assumir e preservar o poder na sua forma governamental como regra. Embora as catarses coletivas não pudessem necessariamente durar muito tempo, ninguém sabia disso ainda e, bom, foram-se conformando os novos códigos de conduta sob a medida do cadafalso, conforme as características de cada ditador, expandindo a regulamentação total aos novos nichos e temas...

E na França se ensejou o retorno a um cenário de senhorio recrudescido, na forma do monarca Napoleão e de seus legatários, os quais aliás criaram seu próprio Código Civil, para que o Estado regulasse os relacionamentos conjugais e de propriedade sem interferência de princípios religiosos: eis a nova comarca governamental, substituir um Rei de tempos imemoriais por um Imperador ousado e aventureiro... A distribuição almejada pelo ideário comunista deu em nada. Naquele tempo, talvez alguma elite econômica visse nisso vantagem, substituir o monarca que se fazia acompanhar da *entourage* de uma extensa nobreza e que financiava guerras por cálculos e alianças familiares: afinal, os revolucionários sem calças cobriam menos impostos, ofereceriam maiores concessões em troca de apoio para governar e ficariam satisfeitos com menos. O próprio Napoleão representava uma economia, pois sua *entourage* era funcional: o exército era um gasto obrigatório. Mas no longo prazo, eis o resultado: o Governo, no seu novo formato inaugurado pela França, interfere paulatinamente mais em nossa vida e hoje nos cobra mais impostos que na época das monarquias.

No Brasil não parece ter sido diferente. Pois toda revolução tem seus protagonistas, mas também aqueles que preferem esperar e nada fazer, diante das grandes catarses coletivas, e certamente houve proprietários e nobres franceses que, como no Brasil, que acreditavam na hipótese de que poupariam energia e recursos substituindo o governante de tempos imemoriais. Tanto foi assim que, após se tornar Imperador, a acomodação foi tanta que casou-se Napoleão com uma Habsburgo, para deixar um descendente que ocupasse seu posto, prometendo menores taxas. A miscigenação de regimes em paralelo.

No Brasil essa abertura às ideologias de cunho progressista, inicialmente com o estabelecimento da República, e posteriormente com a abertura a partidos de matriz marxista, durante os anos recentes, aparentemente também pareceu inofensiva aos proprietários que invocavam ser o poder uma variável dependente do critério financeiro: pois aumentassem impostos não haveria recursos transferidos pelas empresas aos partidos, e não houvesse recursos nos partidos, estariam essas lideranças controladas. Isso com base na certeza de que a democracia, tanto anteriormente no seu modelo censitário quanto na sua forma sufragista e posteriormente de massa, envolveria necessariamente disponibilidade de recursos.

Portanto seria factível crer que a ideologia comunista é necessariamente mais violenta que as demais, quando sabemos que a reorganização política se deu entre grupos políticos que permanecem administrando lideranças, e que seguiram sustentando e arguindo sob uma sociedade de classes, semi-caótica? O governo jamais um monolito. E também os comunistas latino-americanos, hoje domesticados, têm propriedades, filhos e calculam movimentos para favorecê-los, porque essa é a tendência irresistível dos que ocupam o poder, preservá-lo e fazer herdeiros, submetendo-se com favores a proprietários. O fato de terem agitado uma bandeira comunista ou socialista e negado a precedência de uma organização humana estabelecida na figura de um chefe tradicional, ou de tempos imemoriais, não significa que deixaram de ser ou de se comportar como é da natureza humana...

Poderíamos até considerar que, diferentemente das demais ideologias que se instalam no poder, as ideologias de matriz marxista não encontrariam limites ou princípios em que se amparar para se restringir. Uma vez assumido o poder, ao querer instalar em última instância a “ditadura do proletariado”, nada em sua ideologia os impede de atacar e desorganizar os demais grupos existentes em uma poliarquia, seja por meio de sua eliminação, como ocorreu com a eliminação da família Real francesa e russa, seja na sua formulação mais “leve”, por meio da anulação da capacidade de se eleger, como ocorreu em décadas recentes na América Latina, com mortes acidentais de opositores, assassinatos de reputações e judicialização administrativa. Mas não é isso apenas que a história registra. Fato é que uma vez no poder e depois do rebuliço, políticos de ideologias de matriz comunista se acomodaram e buscaram conformar alianças para perpetuar-se na administração de concessões e vantagens. Eventualmente falharam, foram questionados por seus “excessos”, ou substituídos, mas foi o que fizeram, engendraram um Estado de novos privilégios com menor porosidade a grupos que estivessem desses partidos excluídos, exigindo antes pagar o pedágio ideológico a seus integrantes: exatamente como faziam os muçulmanos, na época da invasão da península ibérica, com os cristãos que quisessem praticar sua religião.

Nisso talvez Bento XVI tenha trazido maior lucidez sobre a questão, quando buscou se aprofundar dentro das modernas ideologias para identificar os componentes que as movem: não ideologias necessariamente comunistas ou socialistas, as quais ele não distingue, mas ressalta: “modernas”, dentre as quais incluiu naturalmente o nacional-socialismo. O otimismo ideológico, o qual subrogaria a “esperança cristã” nesses movimentos políticos, se distinguiria por um otimismo baseado no temperamento e na expectativa - isto é, numa façanha de disposição psicológica. O revolucionarismo permanente.

Poderíamos cogitar se a necessidade permanente de eliminação total do adversário, isto é, da supressão da pluralidade, do desprezo pela poliarquia, se alimentaria dessa disposição do otimismo ideológico que caracterizam de um modo geral todas as ideologias modernas, sobretudo laicas, aglomeradas geralmente sob facções políticas, sob o culto a um líder ou a uma posição, indistintamente. De outro modo as pessoas retornariam às formas mais naturais de organização política, numa vida de expectativas mais modestas e moderadas, estabelecidos seus padrões pela liderança local?

Nisto de fato essas ideologias modernas no Brasil se aproximam da era progressista de batistas e metodistas, que estabelecia a proibição total como objetivo: ou o impossível, ou nada; a intolerância absoluta. Digo que se aproximam não pelo teor, mas apenas pela infactibilidade de alcançá-los, pelo extremo inflexível de uma utopia na qual o consenso ou o acordo com os discordantes seria dispensável. Recordemos que também os movimentos militares mantiveram uma sociedade civil sob vigilância, e não apenas os movimentos de ideologia comunista. Tentaram aplicar o rigor e a hierarquia de corpos militares

a todos os grupos sociais como em uma *tabula rasa* de cidadania, porque também se moviam sob o otimismo de ideologias modernas indispostas a limitar-se, também contribuíram com sua quota para uma polarização política por meio da irredutibilidade e da praxe de restringir consultas a opiniões dos pares.

Pois então, mas disso se deduz que novamente, a decepção do resultado nulo advindo da aniquilação de pessoas humanas, ou de suas reputações, da figura dos governantes hereditários legítimos, na França e na Rússia no século XVIII, não preveniu que outros grupos reconformassem novamente essa tendência irascível em maior escala, baseada nas necessidades do otimismo ideológico e propensão psicológica de agravar o movimento contínuo dessa roda, rumo a um resultado de coisas dispostas oficialmente que jamais poderia ser alcançado.

E afinal, após nova decepção, o prejuízo incontornável. Mas a descontinuação das estruturas tradicionais, estabelecidas há milênios, não decorre de uma mera transposição ideológica de vontades, ou da letra da lei... Grupos se denominando liberais ou conservadores competem e se reconfiguram contudo sob essa nova dinâmica moderna, com vistas a preservar o poder do Estado, como nos descreve Franz Oppenheimer: porque essa é precisamente a própria gênese do Estado. E a gênese do Estado, hoje, se ampara em arestas cada menos moderadas por limites de indagação moral, os quais a ideologia comunista evita.

E, por outro lado, o que são as ideologias conservadoras? Sua identidade depende fundamentalmente desse dogma de que o Estado é nada mais do que a prolongação da autoridade no tempo, de uma legitimidade que não é adquirida por um objetivo final melhor e inalcançável, mas fruto de uma legitimidade devida, justificada pela preservação de valores morais tradicionais e de costumes, que venham a se renovar apenas muito paulatinamente. Mudanças ou revoluções de paradigma, fora da caixa científica e tecnológica de Kuhn, são para o pensamento conservador indesejáveis... Aqui talvez eu encontrasse o propósito de responder à pergunta inicial, pois todo grupo que alcança o poder, seja por meio da autoridade, seja por meio da violência, ou uma combinação desses dois métodos, deixa de ser comunista e socialista quando assume a necessidade de preservação do poder por vias eleitorais e legítimas, alegando serem os seus valores e costumes os mais legítimos, os mais tradicionais ao homem e necessários para salvaguardar a ordem e a existência.

Afinal, após alguns anos e, depois de estabelecidos seus discursos sobre necessidade de distribuição e alocação de recursos públicos, os governos revolucionários também defendem a “terra, família e propriedade” para os seus familiares, para o MST ou grupos similares nos quais calcaram seu apoio, e para os amigos do círculo de poder ao qual pertencem, assim como os conservadores. E por que isso seria pior que o conservadorismo de direita, ao reclamar defender a “terra, família e propriedade”; em que se difere a ideologia do comunismo pós-poder do ideário daqueles conservadores que reclamam menos entraves para produzir e gerar mais riqueza? Na realidade, as ideologias comunistas, quando transpostas ao Estado, não eliminaram o conflito de classe; e não apenas mantiveram, como expandiram a estrutura tributária estatal, favorecendo os grupos e lideranças classistas que o ocupassem. Mas embora tenham se assemelhado a qualquer outra classe governante conservadora, apenas no discurso marxista e comunista isso é feito por meio da inércia. O combate à pobreza e o monopólio do politicamente correto não produziram nenhuma resposta para a criação da riqueza necessária para a redistribuição, e essas iniciativas que decorrem do comunismo pós-poder, instalado pelo modo democrático, não conseguiu estabelecer novos modos de produção eficazes. A falha do comunismo é ignorar em seus argumentos marxistas que existe não apenas a mais valia, mas a valia do serviço do empresário enquanto administrador do capital. E talvez por isso, por não dispor de respostas que incluam um ator indispensável para a produção de riqueza, a violência para se manter no poder seja necessariamente mais aguda, extensa e intolerável, porque implica na regulamentação total... Intolerável ao cidadão que enxerga e experimenta a realidade de produzir riqueza, pois se torna onerado pelo Estado inicialmente constituído; e pelo peso adicional que o Governo de matiz comunista representa, para se sustentar em seu encargo de redistribuir.

Daí as singularidades dos movimentos comunistas latino-americanos: seu conservadorismo estatal, a obsessão com o mecanismo eleitoral e institucional para fins de legitimidade, sua sujeição à organização dos grupos financeiros; e seu empenho na manutenção de um discurso ultrapassado de uma luta de classes que lhe renda dividendos eleitorais e políticos. Os partidos comunistas que hoje observamos são liderados por quadros que dispõem de excelentes propriedades, recursos que abominavam ao reivindicar que toda propriedade seria um roubo... E talvez no Brasil essa inconsistência perturbe a consciência dos dirigentes de esquerda, achando que não têm direito, como os demais cidadãos, a

acumular propriedades e êxitos, o que lhes tolhe o discurso frente ao dissenso, e os encaminha ao autoritarismo.

Por outro lado, as ideologias conservadoras na política, ou seja, o conservadorismo secular, tampouco parecem se importar com o que está debaixo de sua capa; permitem-se defender a cruz, os bons costumes e o cristianismo primitivo; mas evitam o casamento na Igreja, descartam a virgindade antes do casamento e escapam dos valores da pobreza e da castidade, das justificativas de obras caritárias, com seus ritos de irmandades. Quando agitam bandeiras persecutórias para eliminar o comunismo ou o socialismo, alimentam o otimismo e euforia, na sua disposição psicológica das ideologias modernas, em iniciativas estranhas à “esperança cristã”. Em seus passos raramente observam ou consultam autoridades da Igreja, exercendo, aliás, o papel modernizador contrário ao que propugnam, ao liderar novas agendas políticas junto a grupos religiosos. E o conservadorismo aparentemente pode ser também letal, se os seus representantes não encontrarem barreiras sociais restritivas para impedir que a satisfação com o exercício do poder por meio da violência se retroalimente.

Deveriam encontrar justificativas concretas de repelir ideologias estranhas aos costumes e hábitos latino-americanos latentes, como bem assinalaram Gilberto Freyre, Darcy Ribeiro, recordando temos uma mescla de populações que aqui chegaram em fuga do apocalipse europeu durante as guerras frequentes, que misturaram-se com os indígenas na vida autóctone, com o caldo cultural de populações vindas da África, cuja dignidade ainda não foi devolvida... Mas se submetem a uma esfera discursiva moderna e estranha de valorizar o êxito, cristalizada nas redes de trocas internacionais, sem muito sentido.

Entre esses contornos de incoerência nos quais pendem as disputas pelos cargos mais altos, e fora do movimento de concentração e acumulação de poder, é preciso notar, contudo, o extrato de pessoas que efetivamente abraçam a ideologia e buscam reproduzi-la conforme a cartilha, baseados num juízo de coerência. Pois eis que o que diferencia o maior nível de hierarquia de poder e prestígio no Brasil é, sobretudo, a capacidade de desviar da norma. Não seria possível de modo algum negar, também nesses extratos de menor escalão, que a secularização que promovem essas ideologias modernas enseja pretendentes a governantes mais confortáveis com o torpor, pusilanimidade, rancor e malícia, porque desejam demonstrar prestígio e poder desviando de suas cartilhas; mas prescindem do carisma. Seria ridículo ao imaginário comunista supor que um êxito poderá estar em um exemplo cristão de resignação. Eram assim os países eslavos, em nitidez búlgara e ainda de alguns povos: o triunfo da vitória sobre o inimigo, da força da resistência, da subjugação; e eram assim também os anglo-saxões, por outro lado, buscando emanar-se como opção inevitável do triunfo pelo ativismo, pela prova de valor do mérito e da conquista. Eis que o comunismo e progressismo, normal nessas regiões, provocam estranhamento no Brasil e uma certa necessidade de ser expelido como um patógeno, dificilmente compatível com o humor da América Latina, ao se chocar com um caldo cultural no qual a humildade é sinônimo de sabedoria e ser letrado um requisito para o exercício de nobreza; no qual o ócio é a moeda mais valorizada.

Nesse sentido é curioso observar a dimensão auto-restritiva que me parece predominar, ao menos no momento, no comunismo sul-americano. Muito longe de conseguir organizar qualquer luta armada e aberta bem-sucedida, como na China e na Rússia, foram torturados e mortos. Limitaram-se a se organizar para construir de seu fracasso suas reputações, para catalisar carreiras políticas e acumular recursos partidários desde o martírio; reclamaram o Estado de Direito quando lhes favorecia e o politicamente correto inalcançável; pensões para compensar o emprego e vida pacata da qual foram cruelmente privados; e também reivindicaram junto ao Estado envergonhado o sucesso e fama que lhes compensassem a tragédia de prisões arbitrárias. Também na América Central, perseguidos com frequência, encontraram respaldo nas estruturas mais conservadoras não-seculares, a Igreja Católica, onde efetivamente conseguem conviver com alguma pluralidade de discursos e encontrar objetivos em comum, sob a tolerância mútua que enseja a caridade para com os pobres.

Seria a ideologia comunista latino-americana menos letal que a ideologia comunista em geral? Em parte a teologia da libertação vinha sendo difundida precisamente com esse propósito, de incorporar para evangelizar e desarmar o espírito político extremista que tolera extermínios e comandos planejados sob o crime organizado; para escancarar e neutralizar aspectos culturais que poderiam desencadear ou resultar em massacres revolucionários ou em assassinatos políticos. As mortes e ataques a opositores, acidentais ou não, acabaram enfraquecendo a tese de que a teologia da libertação seria suficiente contrapeso aos dentes do comunismo.

Naturalmente hoje o comunismo latino-americano parece se diferenciar das aspirações comunistas que encontramos na China e na Rússia, ou até mesmo na França. Talvez pelo maior personalismo, populismo descarado, que encontramos em nossas lideranças; pelas aspirações menos violentas, não por causa de uma natureza intrínseca, mas talvez por causa da sua pior organização, pelo desencontro de pressupostos e pela forma caótica de sobrevivência na prática; por causa de seu percurso histórico problemático e pela transmissão aleatória dessa herança política, construída sobre uma prática que não se preocupa com o nível de desconformidade com a tese.

Havia um projeto na Igreja, partilhado pela elite brasileira, de que pessoas de baixa renda fossem alçadas a posições de comando, mas por uma questão ética e não ideológica, pleito de que a igualdade jurídica proporcionada pelo Estado não fosse apenas um discurso, nem medida paliativa, mas que salvaguardasse uma possibilidade objetiva de desenvolver a cidadania do excluído. Para todos os efeitos, uma perspectiva compatível com o pensamento de liberais como Rawls e Stuart Mill... Não apenas a Igreja Católica, mas também as comunidades religiosas conservadoras, onde se abriga a vanguarda dos movimentos de cunho emancipatório esquerdista, tendem a contrabalançar a característica revolucionária que ensejaria uma potencial propensão à violência e à catarse coletiva dos massacres, resultando talvez nisso a terceira fórmula “democrata” e social-democrata que observamos nas vanguardas culturais.

O resultado é uma esquerda conservadora e afeiçãoada aos bons restaurantes e a um consumismo “verde”, aos LPs e às suas tradições tropicalistas, absolutista no espelho de monopolizar o bem e em atribuir irrevogavelmente aos seus antagonistas o mal... Satisfeita com a possibilidade objetiva de que o cidadão poderá se emancipar, se por bem quiser. Para todos os efeitos, a esquerda no Brasil se tornou, com o tempo, menos comunista que liberal. A esse propósito, curiosamente, Vicente Amorim, um diretor brasileiro, deverá produzir um filme sobre irmã Dulce e seu trabalho junto a sindicatos ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Afinal, qual outra justificativa, senão as inequívocas peculiaridades latino-americanas, para que comunistas do credo marxista, leninista ou gramsciano, em tese ateus, comemorassem efusivamente nas redes a canonização de Irmã Dulce?! No Brasil, tudo é possível.

Portanto o movimento comunista brasileiro, generalizado sob a vaga denominação de esquerda, evoca-se como um rescaldo de muitos movimentos também fora do Brasil que, no cadinho da política, se misturaram e se mesclaram; os quais se transformaram ao longo das circunstâncias políticas e ao redor dos desdobramentos representativos do novo marco constitucional de 1988. Hoje, nós podemos observar muitos tipos de comunismo: a esquerda pragmática, formada por sindicalistas que, desde a invenção do comunismo como ideologia, se colocavam a serviço de empresas, posteriormente recrutados e condicionados pelo próprio Estado durante o tempo do governo militar, por meio de prisões e ameaças, para a útil finalidade de defender estatais; a vertente progressista que nasceu na Sociedade da Ordem e do Progresso no Quartier Latin, voltada para universalizar o acesso a serviços dos quais a elite sempre se serviu sem maiores dificuldades, sobretudo educação; e a linha da Liga Progressista de Ohio, proibitiva e aferrada a construir plataformas eleitorais sobre o politicamente correto inflexível. A essas ideologias, pragmáticas e de convicção, somam-se, ainda, os comunistas que buscam aninhar-se sob a fé católica, se é que é possível combinar esses dois raciocínios, atenuando o aspecto laicista e ateu do movimento marxista original, para defender uma bandeira conjunta de redistribuição da propriedade e da renda.

Mas no Brasil, antes de evitar que, sob essa miríade de vertentes de esquerda ou amigos dos narcotráfico nos governem sob pretextos narcisistas, sob bandeira comunista ou qualquer outra justificativa moderna, observe o leitor algo muito mais urgente no Brasil que passa despercebido do público: a acumulação aberta de recursos públicos por partidos indistintamente, no fundo partidário e nos reajustes seletivos, a tendência generalizada que isso acarreta na recomposição de castas governantes e de aristocracias.

O receio que muitas pessoas ainda vivas testemunham, as quais viveram sob a égide totalitária e caótica dos regimes comunistas durante a Guerra Fria e encontraram resposta e socorro em lideranças que marcaram o final do século XX, ganha novamente espaço tanto na concentração de poder e de renda nas mãos do Estado quanto na fictícia ameaça de neocomunistas que possa resultar da aglomeração desses diversos movimentos e tendências. Com a concentração de recursos sobre o Estado na forma dos fundos partidários, essa tendência de centralização do poder nas mãos do Estado aumenta o risco de pavimentar o caminho de uma liderança bruta, salvacionista, que venha a querer ditar a voz do povo, massacrando ideias liberais e a possibilidade objetiva de cidadania, imbecilizando a maioria e formando-a para o conflito. O hiato entre dois discursos, aquele formatado para as massas e aquele voltado para um diálogo entre os iguais, nesse contexto de reserva de recursos a um poder constituído, resulta em uma cidadania

seletiva: corrói o próprio ideal de Estado, de democracia liberal, de solidariedade coletiva, e como resultado nos coloca como presa fácil de outros países... E esse movimento de centralização do poder, como nos ensinou e alertou o General Golbery, independe das características intrínsecas às ideologias de extrema esquerda ou de extrema direita, as quais trabalham conjuntamente em oposição para se firmar, sem base alguma, sobre conceitos inconciliáveis.

As mulheres e os homens violentos existirão em todos os espaços políticos nos quais encontrem espaço para dominar e chefiar, e me parece que a ideologia é um elemento lateral para fornecer pretextos a fim de que crimes e desvios sejam perpetrados, sejam para dar vazão a uma motivação agressiva de domínio, sejam para produzir ameaças com as quais pensam lucrar, ou para garantir um monopólio de poder. Muito mais central para tanto, parece-me, é o discurso do peso dos discursos irreconciliáveis. Pessoas de ideais fixas encontrariam ou construiriam outros canais e bandeiras para simular lealdades, competir por recursos e mobilizar seguidores políticos, quando encontrassem barreiras ou obstáculos que não pudessem transpor para se saciar de prestígio, riqueza e fama. Exemplo disso é essa múltipla variedade de princípios que convivem e se identificam com o discurso de esquerda, os novos segmentos identitários globalistas e as doutrinas ambientalistas que vão surgindo, para os quais o resultado de suas ações concretas em melhorar a consciência global ou o ambiente é menos importante que a quantidade de recursos liberados em projetos e para confeccionar relatórios. Como bem disse o Papa Francisco, recordando a tradição de humildade e mansidão que deve inspirar o ser humano: seremos julgados pela compaixão, não pelas ideologias.

E afinal, o movimento conservador, distanciando-se do tradicionalismo que o enseja, admitindo condutas frontalmente contraditórias aos seus princípios; e afastando-se do liberalismo, ao caminhar para o progressismo que critica, tem sido tão hábil em fazer do combate ao comunismo a sua distração e felicidade irrisória, que até mesmo a Igreja e a família que alegam defender foi insultada. O conservadorismo no Brasil parece propositalmente repelir colaboradores e esvaziar-se de apoios para controlar com maior exclusividade e comodidade o Governo, optando por deixar de assimilar partidos e agregar pessoas moderadas, ou relevando o tema como uma atividade secundária; para depois reclamar, mobilizando o aparelho de Estado e isolado, quando alguém à esquerda ou liberal o faça. Talvez por isso, por se esquecer das peculiaridades do comunismo latino-americano, e do fato de que a permeável composição da esquerda favorece o embate a um uníssono que uma liderança conservadora queira estabelecer, o conservadorismo tenha prosperado nos ambientes bipartidários, mas ainda não tenha se firmado numa sociedade complexa e diversa como a brasileira, em que as identidades se sobrepõem e os afetos precedem.

** Ana Paula Arendt é poeta e diplomata brasileira. Escreve mensalmente na coluna 'Terra à Vista'.*

—

Ressalva: os trabalhos sob o pseudônimo Ana Paula Arendt pertencem ao universo literário, refletem ideias e iniciativas da autora e não necessariamente posições oficiais do Governo brasileiro. Estes trabalhos literários buscam estar em consonância com os valores e princípios da Política Externa Brasileira relacionados ao diálogo, à dignidade humana, ao desenvolvimento e aos direitos fundamentais do indivíduo. A autora está sempre aberta a sugestões e críticas.